



REQUERIMENTO Nº.

646/ 2025

Assunto: Requer que o Poder Executivo que seja autorizado o **parcelamento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)** referente ao imóvel adquirido pelo **Senhor Davi Kumm e Senhora Amélia Franklin Kumm, parcelamento do ITBI em 4 (quatro) parcelas mensais**, justifica-se o presente pedido tendo em vista que o **Senhor Davi Kumm se encontra em tratamento médico por ser paciente oncológico (CA)**, O referido ITBI está no valor total de **R\$ 4.518,21 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e vinte e um centavos)**, valor este que o mesmo não possui condições de quitar em parcela única.

Autor: BRAZ CARLOS CORREIA

Requerido: Executivo Municipal;

O Vereador que o presente subscreve, em respeitosamente à presença da Mesa Diretora desta Augusta Câmara Municipal, REQUERER que depois de ouvido o Douto Plenário, com supedâneo no Regimento Interno deste Corpo Colegiado, a APROVAÇÃO deste REQUERIMENTO e posterior envio ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Requer que o Poder que seja autorizado o **parcelamento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)** referente ao imóvel adquirido pelo **Senhor Davi Kumm e Senhora Amélia Franklin Kumm, parcelamento do ITBI em 4 (quatro) parcelas mensais**, justifica-se o presente pedido tendo em vista que o **Senhor Davi Kumm se encontra em tratamento médico por ser paciente oncológico (CA)**, O referido ITBI está no valor total de **R\$ 4.518,21 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e vinte e um centavos)**, valor este que o mesmo não possui condições de quitar em parcela única.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade solicitar ao Poder Executivo Municipal o parcelamento do ITBI referente ao imóvel adquirido pelo **Senhor Davi Kumm e Senhora Amélia Franklin**, cujo valor total é de **R\$ 4.518,21 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e vinte e um centavos)**.

Ressalta-se que o **Senhor Davi Kumm se encontra em tratamento médico por ser paciente oncológico**, situação que exige contínuo acompanhamento clínico, exames, deslocamentos e aquisição de medicamentos, gerando elevados custos e comprometendo significativamente sua capacidade financeira. Diante desse cenário, o pagamento integral do valor citado torna-se inviável, podendo resultar em ainda mais dificuldades no enfrentamento da doença e no cumprimento de suas obrigações.